



Câmara debate desafios de implementar a valorização dos profissionais da educação

Da merendeira aos diretores de escola, a valorização dos profissionais da educação foi destacada como fator determinante para a garantia da educação de qualidade. Na última quinta-feira (20), a Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para tratar os desafios de regulamentar e implementar a Lei n.º 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica.

O debate foi realizado na Comissão de Educação da casa a pedido da deputada Socorro Neri (PP/AC). O evento contou com a participação de várias entidades da educação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (CNTE), representada na ocasião pela vice-presidenta, Marlei Fernandes.

Segundo elucidou a deputada, os principais pontos da lei incluem uma remuneração justa, o incentivo à formação e capacitação, a adoção de carga horária adequada, medidas de valorização da carreira, além de boas condições de trabalho.

Desafios e ameaças

Segundo avaliou a vice-presidenta da CNTE, Marlei Fernandes, a lei em discussão carrega grande importância ao condensar os principais elementos estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei do Piso Salarial, diretrizes do Conselho Nacional de Edu-

cação, entre outras legislações que compõem o cenário de valorização do profissional educador.

Porém, questões como o avanço da terceirização desses trabalhadores e a tentativa de inserir outros profissionais que não são da educação no rol de educadores tem dificultado o alcance de uma valorização profissional.

A dirigente destacou ainda fatores essenciais que precisam ser considerados para de fato garantir melhores condições para a carreira, como concurso público, piso, formação continuada, entre outros.

Para a CNTE, um dos desafios centrais para o alcance da valorização é o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que se atualizam no novo texto construído na Conferência Nacional de Educação (Conae 2024). Em específico, as metas 15, 16, 17, 18, 19 e 20, que falam sobre a valorização profissional e orçamento público.

Orçamento público

Segundo Márcia Baldini, membro da Diretoria Executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), para que se alcance a educação como direito garantido, é preciso primeiro que os servidores da educação se sintam valorizados. Entretanto, é preciso que o orçamento destinado à educação dê conta da demanda.

Escrito por: Redação CNTE
[Veja Matéria completa](#)



In Memoriam

O ex-diretor do Sindsep/MA, Frederico Pereira de Brito, falecido em abril de 2021, recebeu uma justa homenagem da Câmara Municipal de Balsas com a designação de uma sala de saúde ocupacional, que agora passará a ter seu nome na porta por seus relevantes serviços prestados à saúde pública do município.

Frederico de Brito era servidor público federal do Ministério da Saúde, diretor da Secretaria Regional do Sindsep em Balsas/MA, foi um dos articuladores da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Maranhão, ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Balsas (CMS), militante de diversos movimentos sociais e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sempre esteve envolvido com a luta em defesa dos menos favorecidos e deixou um legado de trabalho e companheirismo por toda a sua trajetória.

Frederico Pereira de Brito,
PRESENTE!



MGI apresenta o que considera proposta definitiva aos servidores do Incra

Entrando na 21ª semana de mobilização do setor, servidores do Incra tiveram a 4ª reunião da mesa específica e temporária nessa segunda-feira, 24, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). O MGI apresentou à categoria uma nova proposta que considera ser a 'proposta final' desse processo de negociações.

A categoria que segue

organizada por sindicatos filiados à Condsef/Fenadsef, em conjunto com Cnasi-AN, SindPFA, Assera e demais entidades, deve realizar assembleias nos próximos dias para avaliar o contexto do que foi apresentado. A expectativa é que a mesa de negociações viabilize um acordo capaz de avançar e atender a pauta central da categoria.

A mobilização segue com a procura de apoio também de

parlamentares. Representantes de movimentos sociais de luta pela terra também reforçam a luta e pauta de reivindicações dos servidores que incluem além da reestruturação de carreira, investimento em políticas públicas para o setor agrário. A íntegra e detalhes da proposta apresentada pelo MGI divulgaremos em breve aqui em nosso site.

Condsef/Fenadsef



CUT e MPT se posicionam contra PEC no Congresso, que autoriza o trabalho infantil

PEC que libera o trabalho infantil está para ser votada na Comissão de Justiça. Para MPT proposta é inconstitucional e CUT vê exploração para obtenção de mão de obra barata.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)